



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 567666 - SC (2020/0071862-4)

RELATOR : MINISTRO RIBEIRO DANTAS
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
RENATA MOURA TUPINAMBÁ - RJ196895
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
PACIENTE : FERNANDO DE SOUZA SILVA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, com pedido liminar, impetrado em favor de **FERNANDO DE SOUZA SILVA**, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina.

Consta dos autos que o paciente foi condenado às penas de 3 meses e 26 dias de detenção, pelo descumprimento de medida protetiva, art. 24-A da Lei 11.340/2006, em continuidade delitiva por duas vezes, e de 3 anos e 1 mês de reclusão, como incurso no art. 148, § 2º, do Código Penal, em regime semiaberto (e-STJ, fls. 45-54).

Interposta apelação, o Tribunal de origem negou provimento ao apelo defensivo, em acórdão assim ementado:

“APELAÇÃO CRIMINAL. DESCUMPRIMENTO DE DECISÃO JUDICIAL QUE DEFERE MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA (ART. 24-A DA LEI N. 11.340/06) E CÁRCERE PRIVADO QUALIFICADO (ART. 148, § 2º, DO CÓDIGO PENAL). SENTENÇA CONDENATÓRIA. RECURSO DA DEFESA.

DESCUMPRIMENTO DA MEDIDA PROTETIVA. PEDIDO DE ABSOLVIÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. DEMONSTRAÇÃO INEQUÍVOCA DA MATERIALIDADE E AUTORIA DOS CRIMES. PALAVRAS DA VÍTIMA UNÍSSONAS E COERENTES. CONSENTIMENTO NÃO VERIFICADO E, AINDA QUE PRESENTE, NÃO TERIA O CONDÃO DE AFASTAR A ILICITUDE DA CONDUTA.

CONDENAÇÃO PRESERVADA.

CÁRCERE PRIVADO QUALIFICADO PELO SOFRIMENTO MORAL E FÍSICO. PRETENSÃO ABSOLUTÓRIA. IMPOSSIBILIDADE. AGENTE QUE, NA QUALIDADE DE EX-COMPANHEIRO, PRIVA A VÍTIMA DE SUA LIBERDADE POR SIGNIFICATIVO PERÍODO DE TEMPO. AMEAÇAS E AGRESSÕES DEVIDAMENTE COMPROVADAS. DOLO EVIDENCIADO. ABSOLVIÇÃO OU DESCLASSIFICAÇÃO PARA A FORMA SIMPLES DO DELITO IMPOSSÍVEIS. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO.” (e-STJ, fl. 117).

Neste *habeas corpus*, alega o impetrante ser inidônea a exasperação da pena-base pelos maus antecedentes com amparo em condenação anterior alcançada pelo período depurador do art. 64, I, do Código Penal.

Requer, liminarmente e no mérito, o afastamento da valoração negativa da referida circunstância judicial, com a readequação da pena imposta ao paciente.

Indeferida a liminar (e-STJ, fl. 218), o Ministério Público Federal opinou pelo não conhecimento da ordem (e-STJ, fls. 281-284).

É o relatório.

Decido.

Em que pesem os esforços da impetrante, verifica-se que a questão ora deduzida não foi objeto de cognição pela Corte de origem, o que obsta o exame de tal matéria por este Superior Tribunal de Justiça, sob pena de incidir em indevida supressão de instância e em violação da competência constitucionalmente definida para esta Corte.

A fim de corroborar tal conclusão, trago à baila os seguintes precedentes:

"PROCESSO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO *HABEAS CORPUS*. PROVA PRÉ-CONSTITUÍDA. DOCUMENTOS IMPRESCINDÍVEIS PARA A ANÁLISE DAS AVENTADAS ILEGALIDADES. INSTRUÇÃO DEFICITÁRIA. EXAME DAS QUESTÕES DE OFÍCIO. IMPOSSIBILIDADE. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. REMESSA DOS AUTOS AO TRIBUNAL DE ORIGEM. ECONOMIA PROCESSUAL. POSSIBILIDADE. AGRAVO REGIMENTAL PARCIALMENTE PROVIDO.

1. O rito célere do *habeas corpus* pressupõe prova pré-constituída do direito alegado, incumbindo ao impetrante o dever de instruí-lo corretamente, com todos os documentos necessários à análise das teses trazidas a julgamento, posto que a via estreita da ação mandamental não comporta dilação probatória, não havendo que se falar em intimar o impetrante para apresentar as peças faltantes.

Este aspecto foi muito bem pontuado pelo acórdão do Tribunal de origem, pelo que não merece qualquer reparo a decisão liminar proferida no ponto.

2. O exame das teses defensivas ventiladas tampouco pode ser realizado diretamente por esta Corte, sob pena de incorrer em indevida supressão de instância e em patente desprestígio às instâncias ordinárias, as quais não analisaram o mérito da impetração, justamente pela falta de instrução do *writ* na origem.

3. No entanto, em atenção ao princípio da razoável duração do processo e da economia processual, estando o *writ* suficientemente instruído nesta instância, entendendo ser possível a remessa dos autos à Corte estadual, para que analise as questões apresentadas.

4. Agravo regimental parcialmente provido apenas para determinar a remessa dos autos ao TJ/ES para o exame do pleito defensivo." (AgRg no HC 513.060/ES, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 18/06/2019, DJe 28/06/2019, grifou-se);

"AGRAVO REGIMENTAL NO *HABEAS CORPUS*. AUTORIA E MATERIALIDADE. TESE DE INOCÊNCIA. REVOLVIMENTO FÁTICO-PROBATÓRIO. CONDENAÇÃO CONFIRMADA EM APELAÇÃO. EXECUÇÃO PROVISÓRIA EM CURSO. AUSÊNCIA DE RECURSO COM EFEITO SUSPENSIVO. REGIME DOMICILIAR. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

1. O *habeas corpus* não permite a dilação probatória, destinando-se a sanar ilegalidades verificáveis de plano, assim não sendo possível valorar teses de insuficiência de provas da materialidade e da autoria, assim como de suficiência da justa causa para a prisão preventiva.

2. Não cabe a análise, por esta Corte, de questão não submetida à apreciação do Tribunal de origem, sob pena de supressão de instância.

3. A execução provisória é da pena definitiva, não mais cabendo perquirir fundamentos do art. 312 do CPP para seu cabimento.

4. Agravo regimental improvido." (AgRg no HC 493.905/SE, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 7/5/2019, DJe 15/5/2019, grifou-se).

Ante o exposto, **não conheço o *habeas corpus*.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 01 de abril de 2020.

Ministro Ribeiro Dantas

Relator